



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE
SECRETARIA DE SAÚDE



CONTRATO N.º. 20200050

Pelo presente instrumento, o Município de Tabuleiro do Norte/CE, através da **Secretaria de Saúde**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ N.º. 11.428.432/0001-14 com sede na Rua Padre Clício, 4605, São Francisco, Tabuleiro do Norte/CE, neste ato representado pela Sra. Karla Geanny Saraiva Costa, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado, a Empresa **ELISALDO MOREIRA ROCHA EPP**, Pessoa Jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ N.º. 06.953.046/0001-01, com sede na Rua Batista Maia, 4933/4961, Centro, Tabuleiro do Norte/CE, CEP: 62.960-000, neste ato representada pelo Sr. Elisaldo Moreira Rocha Filho, inscrito no CPF N.º. 698.182.663-15 portador da carteira de identidade n.º. 189103889, doravante denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente TERMO DE CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO CONTRATUAL

1.1. Constitui o objeto do presente contrato AQUISIÇÕES DE ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TABULEIRO DO NORTE/CE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. Este contrato é originário da **Ata de Registro de Preços N.º. 20190313 - PREGÃO PRESENCIAL N.º. 12.06.01/2019-SRP**, devidamente homologado pela Sra. Karla Geanny Saraiva Costa da Secretaria de Saúde e as prescrições da Lei N.º. 10.520/02, com aplicação subsidiária da Lei N.º. 8.666/93, que passam a fazer parte integrante do presente contato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 - O valor global da presente avença é de **R\$ 226.492,00 (Duzentos e Vinte e Seis Mil e Quatrocentos e Noventa e Dois Reais)**, a ser pago em conformidade com a entrega do objeto deste contrato, conforme especificações abaixo:

ITEM	UND	ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS	PAB	FMS	MAC	VISA	QUANT. TOTAL	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Litro	DIFERENCIAL SAE 140 GLS 1 L		61	06		67	MAXON	R\$ 22,00	R\$ 1.474,00
2	Balde	DIFERENCIAL SAE 140 GLS BALDE 20 LTS		61	06		67	MAXON	R\$ 310,00	R\$ 20.770,00
3	Unidade	FILTRO ACP 003		18	16		34	TECFIL	R\$ 19,00	R\$ 646,00
4	Unidade	FILTRO ACP 005		24	26		50	TECFIL	R\$ 26,00	R\$ 1.300,00
5	Unidade	FILTRO ACP 103		12			12	TECFIL	R\$ 16,00	R\$ 192,00
6	Unidade	FILTRO ACP 105		17			17	TECFIL	R\$ 21,00	R\$ 357,00
7	Unidade	FILTRO ACP 126	10	12			22	TECFIL	R\$ 22,00	R\$ 484,00
8	Unidade	FILTRO ACP 131		17			17	TECFIL	R\$ 22,00	R\$ 374,00
9	Unidade	FILTRO ACP 305	38	33			71	TECFIL	R\$ 22,00	R\$ 1.562,00
10	Unidade	FILTRO ACP 483		34			34	TECFIL	R\$ 62,00	R\$ 2.108,00
11	Unidade	FILTRO ACP 888	14	08			22	TECFIL	R\$ 41,00	R\$ 902,00
12	Unidade	FILTRO AKX 2108	18	04			22	TECFIL	R\$ 28,00	R\$ 616,00
13	Unidade	FILTRO AKX 3548		40	10		50	TECFIL	R\$ 23,00	R\$ 1.150,00
14	Unidade	FILTRO AR 2147		28	06		34	TECFIL	R\$ 23,00	R\$ 782,00
15	Unidade	FILTRO AR CABINE ACP 906	14	07	06		27	TECFIL	R\$ 15,00	R\$ 405,00
16	Unidade	FILTRO ARL 2205	30	14			44	TECFIL	R\$ 105,00	R\$ 4.620,00
17	Unidade	FILTRO ARL 4139		08		26	34	TECFIL	R\$ 50,00	R\$ 1.700,00
18	Unidade	FILTRO ARL 4150	06	22	06		34	TECFIL	R\$ 30,00	R\$ 1.020,00



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE
SECRETARIA DE SAÚDE



26 47 47 20

19	Unidade	FILTRO ARL 4161	20	34			54	TECFIL	R\$ 55,00	R\$ 2.970,00
20	Unidade	FILTRO ARL 7705	36	08			44	TECFIL	R\$ 57,00	R\$ 2.508,00
21	Unidade	FILTRO ARL 8825		40	10		50	TECFIL	R\$ 21,00	R\$ 1.050,00
22	Unidade	FILTRO ARL 8829		54			54	TECFIL	R\$ 32,00	R\$ 1.728,00
23	Unidade	FILTRO ARL 8832		34			34	TECFIL	R\$ 14,00	R\$ 476,00
24	Unidade	FILTRO ARL 9608	22	19	06		47	TECFIL	R\$ 27,00	R\$ 1.269,00
25	Unidade	FILTRO ARS 1013	06	22	06		34	TECFIL	R\$ 49,00	R\$ 1.666,00
26	Unidade	FILTRO ARS 1014	06	22	06		34	TECFIL	R\$ 83,00	R\$ 2.822,00
27	Unidade	FILTRO ARS 1029	06	22	06		34	TECFIL	R\$ 53,00	R\$ 1.802,00
28	Unidade	FILTRO ARS 203	06	22	06		34	TECFIL	R\$ 53,00	R\$ 1.802,00
29	Unidade	FILTRO ARS 3003	05	40	05		50	TECFIL	R\$ 64,00	R\$ 3.200,00
30	Unidade	FILTRO ART 6091	10	24			34	TECFIL	R\$ 22,00	R\$ 748,00
31	Unidade	FILTRO ART 6098	60	18	16		94	TECFIL	R\$ 23,00	R\$ 2.162,00
32	Unidade	FILTRO ASR 838		57	10		67	TECFIL	R\$ 70,00	R\$ 4.690,00
33	Unidade	FILTRO COMBUSTIVEL GI 04/7	44	46	44		134	TECFIL	R\$ 18,00	R\$ 2.412,00
34	Unidade	FILTRO COMBUSTIVEL GI 50/7	29	30	28		87	TECFIL	R\$ 18,00	R\$ 1.566,00
35	Unidade	FILTRO COMBUSTIVEL PEC 3022	05	57	05		67	TECFIL	R\$ 55,00	R\$ 3.685,00
36	Unidade	FILTRO COMBUSTIVEL PSC 994	10	24			34	TECFIL	R\$ 32,00	R\$ 1.088,00
37	Unidade	FILTRO DE COMBUSTIVEL SEPARADOR DE ÁGUA PSD - 530/1	10	24			34	TECFIL	R\$ 34,00	R\$ 1.156,00
38	Unidade	FILTRO FAP 4837	10	24			34	WEGA	R\$ 68,00	R\$ 2.312,00
39	Unidade	FILTRO FCD 0771		35	32		67	WEGA	R\$ 67,00	R\$ 4.489,00
40	Unidade	FILTRO FCI 1660	05	05			10	TECFIL	R\$ 26,00	R\$ 260,00
41	Unidade	FILTRO GI 08/1	36	40	34		110	TECFIL	R\$ 16,00	R\$ 1.760,00
42	Unidade	FILTRO GI 60/7	04	10			14	TECFIL	R\$ 18,00	R\$ 252,00
43	Unidade	FILTRO GU 86		34			34	TECFIL	R\$ 11,00	R\$ 374,00
44	Unidade	FILTRO JFA 998	20	24			44	TECFIL	R\$ 55,00	R\$ 2.420,00
45	Unidade	FILTRO LUBRIFICANTE PEL 2003	10	24			34	TECFIL	R\$ 30,00	R\$ 1.020,00
46	Unidade	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 156	16	12	06		34	TECFIL	R\$ 55,00	R\$ 1.870,00
47	Unidade	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 340	06	22	06		34	TECFIL	R\$ 56,00	R\$ 1.904,00
48	Unidade	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 55	40	42	22		104	TECFIL	R\$ 16,00	R\$ 1.664,00
49	Unidade	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 560	80	20		10	110	TECFIL	R\$ 18,00	R\$ 1.980,00
50	Unidade	FILTRO PC 949	10	24			34	TECFIL	R\$ 32,00	R\$ 1.088,00
51	Unidade	FILTRO PEC 3023	06	22	06		34	TECFIL	R\$ 56,00	R\$ 1.904,00
52	Unidade	FILTRO PEC 3024	06	22	06		34	TECFIL	R\$ 85,00	R\$ 2.890,00
53	Unidade	FILTRO PSD 420	04	10			14	TECFIL	R\$ 85,00	R\$ 1.190,00
54	Unidade	FILTRO PSD 920/1	06	22	06		34	TECFIL	R\$ 86,00	R\$ 2.924,00
55	Unidade	FILTRO PSL 135	06	22	06		34	TECFIL	R\$ 43,00	R\$ 1.462,00
56	Unidade	FILTRO PSL 144	40	07			47	TECFIL	R\$ 22,00	R\$ 1.034,00
57	Unidade	FILTRO PSL 146	06	22	06		34	TECFIL	R\$ 18,00	R\$ 612,00
58	Unidade	FILTRO PSL 56	40	14			54	TECFIL	R\$ 30,00	R\$ 1.620,00



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE
SECRETARIA DE SAÚDE



59	Unidade	FILTRO PSL 619	20	16	14		50	TECFIL	R\$ 13,00	R\$ 650,00
60	Unidade	FILTRO PSL 657	17	17			34	TECFIL	R\$ 38,00	R\$ 1.292,00
61	Unidade	FILTRO PSL 77	40	07			47	TECFIL	R\$ 20,00	R\$ 940,00
62	Unidade	FILTRO PSL 915	40	07			47	TECFIL	R\$ 16,00	R\$ 752,00
63	Unidade	FILTRO PSL 959	08	20	16		44	TECFIL	R\$ 32,00	R\$ 1.408,00
64	Unidade	FILTRO TM 3		44			44	TECFIL	R\$ 19,00	R\$ 836,00
65	Unidade	FILTRO TM 5		44			44	TECFIL	R\$ 21,00	R\$ 924,00
66	Unidade	FILTRO WO 331	20	30	10		60	WEGA	R\$ 72,00	R\$ 4.320,00
67	Unidade	FILTRO WR 317	10	24			34	WEGA	R\$ 60,00	R\$ 2.040,00
68	Unidade	OLEO 2 TEMPOS 500 ML		50		50	100	VARGA	R\$ 16,00	R\$ 1.600,00
69	Unidade	OLEO 4 TEMPOS 500ML		07		60	67	VARGA	R\$ 20,00	R\$ 1.340,00
70	Litro	OLEO CAIXA DE CAMBIO 75W80 1 L	22	23	22		67	MAXON	R\$ 73,00	R\$ 4.891,00
71	Litro	OLEO CAIXA DE CAMBIO 75W85 1L	22	23	22		67	MAXON	R\$ 103,00	R\$ 6.901,00
72	Litro	OLEO CAIXA DE CAMBIO 75W90 1L	22	23	22		67	MAXON	R\$ 55,00	R\$ 3.685,00
73	Litro	OLEO CAIXA DE CAMBIO 75W90 GL5 1 L	22	23	22		67	MAXON	R\$ 35,00	R\$ 2.345,00
74	Unidade	OLEO CAIXA DE CAMBIO 80W90 GL4	22	23	22		67	SHEL	R\$ 20,00	R\$ 1.340,00
75	Unidade	OLEO DE CAIXA SAE 90 GLS 1 L	22	23	22		67	SHEL	R\$ 23,00	R\$ 1.541,00
76	Balde	OLEO DE CAIXA SAE 90 GLS BALDE 20 L	22	23	22		67	MAXON	R\$ 320,00	R\$ 21.440,00
77	Litro	OLEO ENERGY 5W30 1L	60	87	20		167	SELENIA	R\$ 35,00	R\$ 5.845,00
78	Litro	OLEO LUBRIFICANTE 10W40 1L	60	20		20	100	GULF	R\$ 37,00	R\$ 3.700,00
79	Balde	ÓLEO LUBRIFICANTE 15W40 BALDE 20 L	06	22	06		34	MAXON	R\$ 301,00	R\$ 10.234,00
80	Litro	OLEO LUBRIFICANTE 15W40 LATA DE 01 LITRO	174	200	20	40	434	MAXON	R\$ 22,00	R\$ 9.548,00
81	Unidade	OLEO LUBRIFICANTE 20W50 1 L	47	120	20		187	MAXON	R\$ 23,00	R\$ 4.301,00
82	Litro	OLEO LUBRIFICANTE 5W30 (LATA DE 1 LITRO)	200	200	50	34	484	SELENIA	R\$ 42,00	R\$ 20.328,00
									VALOR TOTAL:	R\$ 226.492,00

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA DO OBJETO E DO PAGAMENTO

4.1. DAS ORDENS DE COMPRAS: Os produtos licitados/contratados serão entregues mediante expedição de ORDENS DE COMPRAS, por parte da Secretaria Contratante ao licitante vencedor, que indicará os quantitativos a serem entregues, de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira da Contratante.

4.1.1. A Ordem de Compra emitida conterá os itens pretendidos e a respectiva quantidade, devendo ser entregue ao beneficiário do contrato no seu endereço físico, ou enviada via fac-símile ao seu número de telefone, ou ainda remetida via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro municipal.

4.1.2. O detentor do registro/contratado deverá entregar os produtos solicitados na Ordem de Compra, oportunidade em que receberá o atesto declarando o fornecimento. Os produtos serão entregues nas seguintes condições:

- a) No Almoxarifado da Secretaria Contratante ou em local e endereço indicado na "Ordem de Compra";
- b) No prazo de no máximo de 05 (cinco) dias após o recebimento da "Ordem de Compra";



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE
SECRETARIA DE SAÚDE



c) No horário de 07h às 13h.

4.1.3. O aceite dos produtos pelo órgão receptor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no Anexo deste Edital quanto aos produtos entregues.

4.1.4. Os produtos devem ser entregues conforme solicitado na Ordem de Compra, observando rigorosamente as especificações contidas no Instrumento Convocatório, no Termo de Referência e observações constantes de sua proposta, bem ainda as normas técnicas vigentes.

4.1.5. Por ocasião da entrega, o fornecedor deverá apresentar recibo em 02(duas) vias, além das respectivas fatura e Nota Fiscal.

4.1.6. Para o fornecimento objeto deste certame, deverá ser emitida Fatura e Nota Fiscal em nome do Município de Tabuleiro do Norte/CE – CNPJ da secretaria contratante, constante no preâmbulo do contrato, com endereço na Rua Padre Clícério, 4605, São Francisco, Tabuleiro do Norte/CE.

4.1.7. No caso de constatação da inadequação do produto fornecido às normas e exigências especificadas neste edital, na Ata de Registro de Preços, na ordem de compra e na proposta vencedora a administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

4.2. Os produtos licitados/contratados deverão ser entregues, observando rigorosamente as especificações contidas no Termo de Referência, nos anexos desse instrumento e disposições constantes de sua proposta, bem ainda às normas vigentes, assumindo o contratado a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

a) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

c) Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões quantitativas até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do artigo 65 da Lei Nº. 8.666/93;

d) A entrega dos produtos devem se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços da Secretaria Contratante.

4.3. PAGAMENTO: O pagamento será efetuado, conforme entrega dos produtos, segundo as ordens de compras expedidas pela administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais do Contratado, todas atualizadas, observadas as condições da proposta.

4.3.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada neste sub item, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1. O prazo de vigência do contrato será contado a partir da data de sua assinatura até 31 de Dezembro de 2020.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS



6.1. A despesa decorrente desta contratação correrá à conta da seguinte dotação orçamentária do Município de Tabuleiro do Norte/CE, com recursos previstos na seguinte classificação: Atividade **0801.10.122.0004.2.041** – GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE; **0801.10.301.0018.2.046** – GESTÃO DOS PROGRAMAS DA ATENÇÃO BÁSICA; **0801.10.302.0018.2.047** – GESTÃO DOS PROGRAMAS DA MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR; **0801.10.304.0018.2.050** - GESTÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Elemento de Despesa: **3.3.90.30.00** – MATERIAL DE CONSUMO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

7.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, da Lei N°. 8.666/93, alterada e consolidada:

7.2. A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Entregar os produtos objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos neste Edital, no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;
- b) Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- c) Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;
- d) Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na entrega do objeto contratual.
- e) Responsabilizar-se por todos e quaisquer acidentes e/ou qualquer fato correlato que venham a prejudicar funcionários e/ou bens da CONTRATADA, da CONTRATANTE ou terceiros, verificados em decorrência do objeto deste certame.
- f) Responsabilizar-se civil e penalmente por todo e qualquer dano que venha causar a CONTRATANTE ou a terceiros, por ação ou omissão, em decorrência do fornecimento dos produtos, não sendo a CONTRATANTE, em nenhuma hipótese, responsável por danos indiretos ou lucros cessantes.

7.3. A CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Solicitar a entrega do objeto junto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Compra ou Aquisição;
- b) Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal n°. 8.666/1993 e suas alterações posteriores;
- c) Fiscalizar a entrega do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato;
- d) Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade decorrente da entrega do objeto contratual;
- e) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste Termo;
- f) Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

8.1- O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no artigo 65 da Lei N° 8.666/93, desde que haja interesse da Administração, com a apresentação das devidas justificativas.

8.2 - O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou subtrativo, nos termos do artigo 65 e seus §§ da Lei N°. 8.666/93:

8.3 - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos na lei, qual seja o limite correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, mantendo-se as demais condições do contrato nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei N°. 8.666/93.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE
SECRETARIA DE SAÚDE



8.4 - Em havendo alteração unilateral do Contrato que aumente os encargos do Contratado, a Administração poderá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES

9.1. Adota-se como critério de justiça e obediência ao princípio jurídico da razoabilidade, o escalonamento e tipificação de eventos sancionáveis em editais de pregão, abaixo descritos, garantindo o direito de exercício prévio de ampla defesa nos processos de sancionamento com o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atendendo a recomendação constante no subitem 9.5.1.1 do Acórdão TCU/Plenário nº 1.793/2011, art. 7º da Lei 10.520/2002, com respectivos prazos de duração:

EVENTOS:	SANÇÕES QUE SERÃO APLICADAS:
I- Forjar a classificação como microempresa ou empresa de pequeno porte para obtenção de tratamento favorecido em licitações incentivadas ou não.	1. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. Acórdão TCU/PL nº 3074/2011.
II- Descumprir prazos estabelecidos pela pregoeira durante a sessão de licitação para qualquer manifestação na sessão pública, gerando tumulto e atrasos no certame.	2. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 4 (quatro) meses.
III- Desistir do lance, sem justificativa, durante a sessão pública ou não manter a proposta na fase de aceitação.	3. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
IV- Não apresentar ou deixar de apresentar documentação solicitada no edital na fase de aceitação da proposta, habilitação ou na contratação.	4. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
V- Apresentar proposta comercial em desacordo com o Edital, ocasionando a frustração do certame em qualquer sentido.	5. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano.
VI- Apresentar documentação falsa durante a licitação ou contratação.	6. Impedimento de licitar pelo período de no mínimo 5 (cinco) anos. 7. Comunicar ao Ministério Público Estadual e ou Federal para apurações de sanções de ordem penal.
VII- Não manter as condições habilitatórias durante a execução do contrato ou da vigência da ata de registro de preços.	8. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
VIII- Não retirar a nota de empenho/não assinatura da Ata.	9. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. 10. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
IX- Entregar o objeto fora do prazo estabelecido no edital e termo de referência.	11. Advertência 12. Multa de, no mínimo, 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do material não fornecido, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
X- Não efetuar a troca do objeto, quando notificado, durante a contratação.	13. Advertência; 14. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. 15. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
XI- Substituir o objeto fora do prazo estabelecido.	16. Advertência 17. Multa de, no mínimo, 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do material não substituído, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE
SECRETARIA DE SAÚDE



	dia poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
XII- Deixar de realizar ou atrasar a instalação ou montagem do (s) equipamento (s) quando previsto no edital e termo de referência.	18. Advertência 19. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses. 20. Multa de, no mínimo, 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do equipamento.
XIII- Deixar de entregar documentação original exigida neste Edital (quando da utilização da Modalidade de Pregão Eletrônico) durante a licitação ou contratação.	21. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho/valor total estimado para o item ou lote.
XIV- Comportar-se de modo inidôneo na licitação ou contratação, causando prejuízo a Administração ou demonstrando ofensa ao ordenamento jurídico, ao regramento do edital, aos licitantes, à Administração e à sociedade.	22. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 2 (dois) anos. 23. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
XV- Cometer fraude fiscal durante a licitação ou contratação.	24. Impedimento de licitar por 5 (cinco) anos. 25. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho. 26. Comunicar ao Ministério Público Federal e ou Estadual.
XVI- Não recompor níveis de serviços acordados, quando esgotados os sancionamentos próprios, regulares e inerentes aos monitoramentos técnico-operacional e administrativo do gerenciamento contratual.	27. Impedimento de licitar com a PMTN pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano.
XVII- Deixar de executar qualquer obrigação pactuada ou prevista em lei e no edital da presente licitação, em que não se comine outra penalidade.	28. Impedimento de licitar com a PMTN por, no mínimo, 2 (dois) anos.
XVIII- Não celebrar contrato, em convocação dentro do prazo de validade de proposta.	29. Impedimento de Licitar com o município de Tabuleiro do Norte por, no mínimo, 1(um) ano.
XIX- Inexecução total, previsto na Lei 8666/93 e Lei 10.520/2002.	30. Impedimento de licitar com a PMTN por, no mínimo, 2 (dois) anos. 31. Multa de, no mínimo, 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho ou valor da parcela.
XX- Inexecução parcial do objeto previsto na Lei 8666/93 e Lei 10.520/2002.	32. Impedimento de licitar com a PMTN por, no mínimo, 1 (um) ano. 33. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente a parte não executada.
XXI- Denegrir ou caluniar equipes técnica e da pregoeira, bem como pessoas que integram os processos da PMTN, em razão de denúncias sob a acusação de direcionamento de certame, sem a apresentação de provas pertinentes ou a apresentação de provas infundadas, em processo administrativo instaurado.	34. Impedimento de licitar com a Administração Pública Federal, Estadual, Municipal, pelo período de 5 (cinco) anos.
XXII- Cometer fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.	35. Declaração de idoneidade
XXIII- Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	36. Declaração de idoneidade
XXIV- Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.	37. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 38. Publicação extraordinária da decisão condenatória.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE
SECRETARIA DE SAÚDE



521

XXV- Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.	39. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 40. Publicação extraordinária da decisão condenatória.
XXVI- Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;	41. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 42. Publicação extraordinária da decisão condenatória.
XXVII- Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública	43. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 44. Publicação extraordinária da decisão condenatória.

9.2- Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério da PMTN que deverá examinar a legalidade da conduta da empresa. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela PMTN, a licitante vencedora ficará isenta das penalidades mencionadas.

9.3- Na hipótese da multa atingir o percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, a PMTN, poderá proceder a rescisão unilateral do compromisso, hipótese em que a empresa vencedora também se sujeitará às sanções administrativas previstas neste Edital. Na ocorrência de falha maior poderá também ser aplicada a penalidade de Declaração de Idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no art. 7º da Lei nº 10.250/2002.

9.4- As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela PMTN ou cobradas diretamente da empresa penalizada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas neste Edital.

9.5- O licitante/contratado será informado que está passível da aplicação da sanção e terá o direito de exercer a defesa prévia no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, podendo ocorrer a juntada de documentos, conforme disposto no art. 38 da Lei nº 9.784/1999.

9.5.1- Transcorrido o prazo de defesa prévia com ou sem manifestação, o processo será encaminhado para as análises devidas e para posterior decisão sobre a aplicação da sanção pela autoridade superior.

9.6. As multas serão recolhidas em favor da Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.

9.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. Constituem motivo para a rescisão contratual os constantes dos artigos 77, 78 e 79 da Lei Nº. 8.666/93, e poderá ser solicitada a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, mediante comunicação por escrito, reconhecido os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei Nº. 8.666/93;

10.2. A rescisão amigável do contrato, por acordo entre as partes, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada do Município de Tabuleiro do Norte/CE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de Licitação – Pregão Presencial.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE
SECRETARIA DE SAÚDE



522

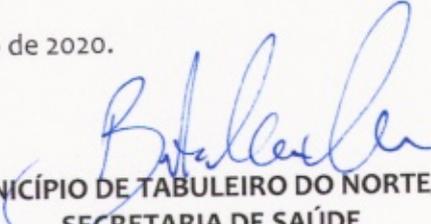
- 11.2. O presente Contrato tem seus termos e sua execução vinculada à proposta da contratada, à Ata de Registro de Preços N°. 20190313 e ao **PREGÃO PRESENCIAL N°. 12.06.01/2019-SRP**.
- 11.3. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei N°. 8.666/93, alterada e consolidada.
- 11.4. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.
- 11.5. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do objeto sem a expressa autorização da Administração.
- 11.6. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o produto entregue em desacordo com os termos da proposta e deste contrato.
- 11.7. Integram o presente contrato, independente de transcrição, todas as peças que formam o processo licitatório e a proposta da contratada.

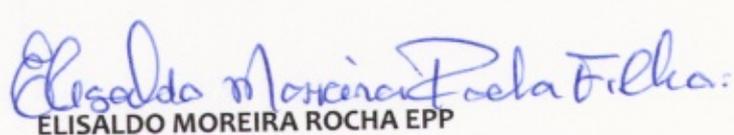
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. O foro da Comarca de Tabuleiro do Norte, Estado do Ceará, é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei N°. 8.666/93, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, lavrado no Município de Tabuleiro do Norte/CE, em 03 (três) vias, perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Tabuleiro do Norte-CE, 02 de Janeiro de 2020.


MUNICÍPIO DE TABULEIRO DO NORTE/CE
SECRETARIA DE SAÚDE
CNPJ N°. 11.428.432/0001-14
KARLA GEANNY SARAIVA COSTA
CONTRATANTE


ELISALDO MOREIRA ROCHA EPP
CNPJ N°. 06.953.046/0001-01
ELISALDO MOREIRA ROCHA FILHO
CPF N°. 698.182.663-15
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01 NOME Raimunda Guimaraes Magalhães CPF N°. 014.410.033-98

02 NOME Fabiane R. de Sousa CPF N°. 057.510.703-18